

POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS EM GUINÉ-BISSAU

Zulaica Buini Sambú Sarr¹
Prof^a. Dr^a Joana Elisa Rower²
Doutorando Farã vaz³

RESUMO

O presente trabalho se limita a discutir políticas sociais e educacionais para crianças com deficiência no contexto da Guiné-Bissau. Neste caso, para compreender melhor temos como objeto de estudo as políticas sociais e educacionais para crianças deficientes nesse país africano. Para isso, nos interessa analisar e compreender as políticas sociais e educacionais da educação inclusiva, identificar as instituições que desenvolvem políticas de assistência a crianças com deficiência e por último mapear a estrutura e atuação da escola Bengala Branca. Consideramos que o grau de cuidado por meio de políticas de cuidado e educacionais de crianças com deficiência parte do reflexo de condições estruturais, demarcadas pelas crises que reflete fraca capacidade institucional do Estado na concepção das políticas de assistência social que leva em consideração o respeito pelos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Deficiência. Educação inclusiva. Irãs.

ABSTRACT

The present work is limited to discussing social and educational policies for children with disabilities in the context of Guinea-Bissau. In this case, to better understand, we have as an object of study the social and educational policies for disabled children in this African country. For this, we are interested in analyzing and understanding the social and educational policies of inclusive education, identifying the institutions that develop assistance policies for children with disabilities and, finally, mapping the structure and performance of the Bengala Branca school. We

believe that the degree of care through care and educational policies for children with disabilities stems from the reflection of structural conditions, demarcated by crises, which reflects the weak institutional capacity of the State in the design of social assistance policies that take into account the respect for Rights Humans.

Keywords: Guinea-Bissau. Deficiency. Inclusive education. Irans.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho nos propomos a estudar a política social e educacional de crianças deficientes na Guiné-Bissau. Nesse exercício, propomos como objeto de discussão a deficiência e diferentes graus das suas manifestações nas crianças. A nossa inquietação surgiu através de uma visita que fizemos às escolas dos Municípios de Redenção e de Acarape, no quadro de atividades do "Projeto Batuque Tambores" com a iniciativa de introduzir práticas de capoeira na escola, liderado pelo Professor Dr. Sálvio Melo, do Instituto de Humanidades da Universidade UNILAB, no Estado do Ceará. Essas ocasiões foram o marco de reflexão sobre o tema da nossa pesquisa considerando as crianças com deficiência. Isso levou-me a pensar numa pesquisa sobre a educação inclusiva e a deficiência direcionada a Guiné-Bissau.

Além de ter essa inquietação, por um outro lado tem também o meu interesse em continuar os meus estudos na área de serviço social. É um curso que já tinha começado a cursar antes de conseguir a bolsa de estudo para UNILAB no ano 2016. Assim sendo, este percurso permitiu-me na escolha do tema, perceber sua relevância social, científica e política. Neste caso, o trabalho não só vai ajudar a sociedade guineense a compreender o que é a deficiência e uma pessoa deficiente. E ainda, perceber que uma pessoa deficiente não é uma pessoa a menos na sociedade ou dentro do meio familiar. Mas compreender que todas as pessoas têm limitações e potencialidades e formas diferenciadas de aprender.

Aprender a ver a sociedade de um outro jeito, fazer vigorar os seus direitos (que muitas das vezes são roubados ou não respeitados) como a liberdade de expressão, de conquistar o seu espaço na sociedade, de estudar, ter um acompanhamento médico, um trabalho digno, o lazer. Exercitar a mudança para um olhar crítico da percepção da sociedade sobre pessoas com deficiência, cujo preconceito pode impedir a presença em determinados espaços.

No contexto científico, esse trabalho servirá de suporte acadêmico para outros trabalhos que virão. Assim como usei de outros autores que foram pioneiros em diversos assuntos aqui discutidos ao longo da pesquisa. Ainda, sendo uma contribuição que seja uma provocação em debates políticos e acadêmicos para criar políticas de assistência como mecanismo de inclusão. Mas sobretudo questionar os aspectos culturais que definem a deficiência como patologia a ser descartado ou ainda excluída do espaço público e no acesso à coisa pública.

Temos como objetivo para este trabalho analisar e compreender as políticas sociais e educativas para crianças deficientes na Guiné-Bissau na atualidade. Assim como, identificar as instituições que desenvolvem políticas de assistência às crianças deficientes e por último mapear a estrutura e atuação da escola Bengala Branca.

Os problemas ou questões do nosso trabalho se referem a: Quais são as políticas sociais desenvolvidas na educação para crianças deficientes em Guiné-Bissau? Quais paradigmas institucionais debatem e trabalham com a política de assistência social para essas crianças? A hipótese presume-se que, as políticas de assistência de crianças deficientes na Guiné-Bissau ainda se encontram na lista de temas e direitos que ficam a desejar, de modo que o seu cumprimento, como direito, esteja à margem da inclusão social.

Levando em consideração o rumo da nossa pesquisa, decidimos usar o método qualitativo. Expressa no uso de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Primeiro trata-se do uso de artigos científicos, livros, que possam oferecer abordagens teóricas sobre a problemática e sua interpretação (GIL, 2002, p. 44). Segundo, visa fazer uso de relatórios, vídeos, fotos e demais materiais que possam oferecer pistas de análise. Para compreendermos bem como funciona a pesquisa qualitativa trazemos alguns autores como suporte teórico metodológico na definição de categorias de pesquisa. De acordo com a concepção de Minayo (2002, pg. 22) a pesquisa qualitativa se desenvolve a partir do nível da realidade dentro das ciências sociais ou de forma mais precisa, trabalha com o mundo dos significados não pode ser quantificado. Por outro lado, Gil (2002) define a pesquisa bibliográfica como um conjunto de matérias que é construído na base de materiais já elaborados na aplicação de técnicas exploratórias.

O trabalho está estruturado em sete subtópicos. Na primeira parte, procuramos trazer a introdução. Na segunda parte, fizemos uma breve introdução

sobre a Guiné-Bissau. Na terceira parte, conceitos de políticas educacionais e políticas sociais. Na quarta parte, diferentes noções de deficiência, e as características de deficiência. Na quinta parte, a educação inclusiva. Na sexta parte, crianças irãs. E a última parte, que é a sétima, se desenvolve nas escolas e organizações não governamentais no acolhimento de crianças deficientes. E, por último, as considerações finais.

BREVE APRESENTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é uma das ex-colónias de Portugal, fica situada na costa da África, banhado pelo oceano Atlântico ao oeste, sul e leste faz fronteira com República de Guiné-Conacri, e norte com Senegal, tem uma superfície de 36.125km², o país é constituído por diversos grupos étnicos Balanta, Nalu, Mandinga, entre outros, com 1.449.230 de habitantes no último (Recenseamento Geral da População e Habitação 2009). (UNIOGBIS,31 de dez 2020).

Ossago (2016), pontua um acontecimento histórico na Guiné-Bissau que é a luta da libertação e considera que:

Primeiro, é preciso salientar que o nascimento do Estado na Guiné-Bissau se deu por meio de um processo revolucionário com a criação do PAIGC e por alguns outros acontecimentos que marcaram o país após a independência em 1973; são eles: a democratização, a guerra civil denominada de conflito militar de junho de 1998 e as rupturas que se seguiram até o momento da última eleição em 2014, o que, de certa forma, impactou diretamente na construção, formulação e afirmação da sua política externa(OSSAGO, 2016,p 23).

Rudebeck (2001) aponta que, a guerra civil de sete de junho de 1998 na Guiné-Bissau, desencadeou-se através de um desentendimento entre o atual Presidente da República João Bernardo Vieira com o brigadeiro Ansumane Mané. Houve um ataque à instalação militar próximo ao bairro de Santa Luzia, onde se encontrava o Brigadeiro com alguns militares, após dois dias de Ansumane Mane ter sido demitido pelo então presidente (RUDEBECK 2001, p 11).

O conflito de sete de junho ganha a sua relevância nos estudos sobre a deficiência na Guiné-Bissau, não só em razão da sua destruição de infraestruturas, instituições e modos de relações sociais. Mas sobretudo na capacidade de

construção de corpos deficientes sobre sujeitos. Dada a essa condição, o conflito de sete de junho em consideração a violenta luta armada contra a colonização foram marcos temporais e campos em que a violência construiu corpos deficientes que referenciam a atualidade das crianças.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E POLÍTICAS SOCIAIS

De acordo com Oliveira (2010), a política educacional é a política que o governo desenvolve para a área de educação para a sua sociedade ou que não é desenvolvida. Sendo assim, aponta que a educação é um contexto muito amplo para ser tratado apenas através das políticas educacionais. Podemos dizer que a política educacional é o ponto mais específico que trata da educação que é direcionada às escolas. Também podemos defini-la de outra forma, ainda com base no pensamento de Oliveira (2010), que a política pública educacional é relacionada à educação escolar. Mas é importante realçar que a educação vai além do espaço escolar, só é escolar quando é delimitado por sistema de políticas públicas, de certo modo podemos dizer que políticas educacionais constituem currículo e influenciam formas de ensino e de aprendizagens.

Para Furtado (2005), a política educacional depende muito de autores com referência e compromisso social para poder produzir ação política. Furtado tem percebido a política, por sua natureza, como uma ação compartilhada em procura de uma sociedade melhor, a política é um trabalho público, realizado em todo o ambiente público. E os políticos são chamados de autores, porque participam na construção de assuntos relacionados a cidadãos que fazem parte da sua sociedade.

Continuando no olhar de Furtado (2005), alega que a política educacional está se tornando cada vez mais complicada tendo em conta novos elementos que estão sendo colocados no seu campo de estudo que está sofrendo transformação. A política educacional é um ramo da política geral, levando em conta a sua transformação que pode ser causa de diferentes formas ou fatores, como a economia-social, cultural entre outros.

A política educacional é vista segundo Cá (2010), como uma organização que coloca regras no método educativo em seu todo, que abrange todo o grupo educacional, seja dentro ou fora da escola, com essa organização será fácil de entender os objetivos das disciplinas colocadas para serem estudados e como será desenvolvido, qual é a sua utilidade para o aluno e também para a sociedade. E

tudo isso não passa de conseguir um resultado bom do docente-educativo, e tentar conter erros contra o fazer educativo.

Temos vários autores que têm pensamentos diferentes. Mas sem fugir do que é a política educacional, se analisarmos bem os seus pensamentos, as políticas educacionais sempre no final ou no meio dos seus olhares eles apontam que é uma política criada pelo estado para poder cumprir com a sua obrigação de uma educação para todos.

Muitas vezes existe um fracasso nessa área da educação, devido à falta de atenção dos nossos governantes. Isso é uma realidade do meu país, parece que não existe uma política educacional, e se existir só funciona em um determinado momento que é quando se aproxima as eleições. Se passar esse período é greve porque os professores não são pagos um ou três meses de salário.

Entendendo um pouco sobre a política educacional, agora entendo perfeitamente porque o nosso sistema de ensino é precário porque é uma parte da política que não é valorizada na Guiné-Bissau. O Estado está deixando de cumprir com o seu dever como órgão máximo de um país a propor a educação que também faz parte dos elementos que contribuem para o bem-estar social. Porque um cidadão formado consegue exigir seus direitos e que passa a ser um peso sobre os ocupantes de poderes públicos e suas instituições.

Para Hofling (2001), ela aponta que políticas sociais é uma ação que é colocada para proteger e dar os cidadãos os seus benefícios e direitos que um estado tem como obrigação de cumprir com a sua sociedade, na tentativa de reduzir as desigualdades sociais, podemos ver a saúde, educação entre outros como política social, porque é uma responsabilidade do estado.

Haas (2011), alega que nos seus estudos feitos sobre políticas sociais, é uma ação pública que deve combinar com a transferência de recursos e valores que se varia de diferentes modalidades, e por outro lado é uma questão de escolha. Existe uma diferença entre a política social e política educacional. A política social é uma política de ação social, que não é restrita a um determinado contexto só se limita a sociedade e isso significa que toda a política tem uma parte social, porque toda a política é pensada para o bem-estar de uma sociedade ou de um estado. Por outro lado, a política educacional é dirigida somente ao aspecto educativo.

Aqui temos uma pequena definição do que é política social entre esses dois autores que nos traz os seus olhares, de modo que alegam que a política social é

uma ação do Estado para a sua população, da mesma forma que a política educacional. Mas realçando que existem diversas políticas sociais em diferentes áreas para abranger todos os direitos que um cidadão precisa receber por parte do seu estado.

A política social não só deve existir, mas sim, também, deve ser cumprida pelo Estado. Não basta a população exigir os seus direitos de ter políticas sociais em uma determinada área, e o governo ter feito um documento dizendo que criou políticas sociais nesta área. Então o problema resolvido não faz nenhum sentido ter um Estado que não cumpre com os seus deveres.

DIFERENTES NOÇÕES DE DEFICIÊNCIA E CARACTERÍSTICA DA DEFICIÊNCIA

Para Camargo e Carvalho (2019), a deficiência é vista como algo de segunda classe, as pessoas com deficiência são vistas como incapazes seja física como também intelectual, por parte de pessoas não deficientes. Toda essa inferiorização gera discriminação, mexe com a autoestima da pessoa deficiente, tudo isso não passa de regras postas pela sociedade, do que é uma pessoa normal e o que não é normal.

Se paramos para estudar ou compreender um pouco a psicologia, ajudaria muito na compreensão das características ou conceitos de deficiência. Ainda é um assunto muito debatido em forma de tentar classificar as pessoas deficientes, como o texto nos coloca. A psicologia como ciência contribuiu muito na educação para pessoas com deficiência, não foi poupado o esforço até que chegaram a um método para conseguir distingui-los. Não ficou só por ali, mas também como analisar a sua aprendizagem Assis, Oliveira e Lourenço (2020).

De certo modo os estudos feitos pelos autores Assis, Oliveira e Lourenço (2020) podemos deparar que outros autores tem um outro conceito sobre o que é criança anormal, que não tem nada a ver com a deficiência física ou mental, mas sim os grupos de crianças desobedientes, que não tem higiene, desorganizados, os ignorantes, os que causavam problemas com o professor.

Na perspectiva de Teixeira (2010), aponta que existem várias formas de definir a deficiência física, pode ser vista como uma mudança corporal que dificulta a movimentação de pessoa de uma forma independente, por um outro lado visto

como uma desvantagem que limita o seu desempenho motor, ou pode ser definida como um distúrbio da estrutura anatômica que prejudica a locomoção do indivíduo.

A partir do olhar de Maior (2015), a definição da deficiência ainda está em evolução, de carácter multidimensional, que envolve pessoas com deficiência na comunidade, depende muito da consciência da sociedade no sistema de inclusão. Sendo que a deficiência é uma construção social, em outro conceito a deficiência não se limita ao aspecto biológico, mas sim de limitações ou barreiras que impedem a sua acessibilidade, essas limitações sendo mentais ou físicas, passam a ser um meio de impedimento de colocar em prática os seus direitos sociais e culturais.

Todos esses autores aqui trazidos para nos dar um conceito sobre a deficiência eles apontam que uma pessoa deficiente é vítima de discriminação exclusão social, e que cada um o define da sua forma, mas sem fugir do das suas características, do que torna uma pessoa deficiente. Apesar de terem dito que existem diferentes formas de definir a deficiência, e que cada dia está se tornando difícil de ser definido devido o sistema de inclusão.

A chamada deficiência antes de mais precisa partir numa interpretação do deficiente como sujeito. Nesta ótica que percebemos que:

Há duas maneiras diferentes de compreender a deficiência. A primeira afirma que a deficiência é uma manifestação da diversidade humana que demanda adequação social para ampliar a sensibilidade dos ambientes às diversidades corporais. A segunda perspectiva sustenta que a deficiência é uma restrição corporal que necessita de avanços na área da Medicina, da reabilitação e da Genética para oferecer tratamento adequado para a melhoria do bem-estar das pessoas. Quando vista como uma desvantagem natural, a deficiência tem na Biomedicina a autoridade sobre o assunto, permitindo a melhoria das condições de vida das pessoas, fazendo uso da intervenção médica. Já para a compreensão da deficiência como uma desvantagem social e um processo de opressão pelo corpo, os instrumentos analíticos e políticos estão nas ciências sociais e, partindo desse pressuposto, a melhoria das condições de vida da pessoa com deficiência seria possível com as adequações nos ambientes sociais, tornando-os inclusivos (Wederson, 2008, p. 501).

A partir das duas formas, acima mencionadas, de perceber a deficiência é necessário o exercício de desnaturalizar e desmistificar a noção de deficiência. E mergulhar nas suas percepções sociológicas.

No olhar de Maior (2015), a deficiência é caracterizada da seguinte forma ou modo como uma alteração biológica que envolve o movimento do corpo, de certa forma que pode surgir outros grupos que podem ser incluídos nos grupos de deficiência, de acordo com a legislação Brasileira Lei N 13.146, de 6 de julho de 2015, a deficiência é caracterizada por 5 aspectos: deficiência física, auditiva, visual, mental, múltipla.

A deficiência física é vista como alterações que comprometem a função do corpo, que muitas das vezes é visto com paraparesia, monoplegia, paraplegia, hemiparesia, triplegia, ausência de membros, membros com deformidade congênita, paralisia cerebral, entre outras dificuldades que impeça de desenvolver diversas funções (MAIOR, 2015).

As pessoas com deficiência física têm dificuldade de se movimentar como as que tem paralisia (plegia) e falta de força (paresia), esses precisam de alguns equipamentos que o ajuda a se movimentar como, cadeiras de rodas, no caso de amputação precisam de próteses, bengalas, muletas e inúmeros equipamentos ou meios para facilitá-los (MAIOR, 2025, p.4).

Em seguida temos a deficiência auditiva: que é entendida como perda auditiva, dependendo da forma como a pessoa perdeu a audição, pode ser de forma parcial ou total, perda bilateral, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. Essas são as formas que uma pessoa perde a audição (MAIOR, 2025, p.5). Existem casos de pessoas que perderam a audição já na adolescência ou jovem, esses desenvolvem a comunicação oral que são capazes de se comunicar muitas vezes sem a língua de sinais, só pela leitura labial (MAIOR, 2025, p.5). E para os que nascem sem a audição ou perdem a audição antes de aprender a falar usam língua de sinais para poder se comunicar, e sua capacidade de ler e escrever são muitas vezes insuficientes (MAIOR, 2025, p.5).

Continuando com a nossa busca, temos a deficiência visual: para ser considerado deficiente visual é quando a sua visão é ligada esses números 0,05 como a correção óptica no melhor olho, 0,03 significa baixa visão com a correção de óptica, se no caso for somado às medidas do campo visual for de menor ou igual a 60° ou de quaisquer das condições anteriores (MAIOR, 2025, p.5).

Neste caso as pessoas com baixa visão ou deficiente visual pode ser cegas, no caso das pessoas com baixa visão para eles conseguirem ler as letras devem ser grandes ou ampliadas, também usam bengalas, cão de guia como apoio para se locomover, com a ajuda da bengala eles conseguem se identificar onde fica escadas, buraco no caminho, nos locais que têm os pisos táteis facilita muito nas suas caminhadas. A deficiência mental ou intelectual são as pessoas que têm a intelectualidade menor a média, que se manifesta antes dos dezoito anos, destacando que é relacionado ao aspecto cognitivo, não ao transtorno mental. Dentro da deficiência mental ainda tem outras características que podem ser definidas além de habilidade adaptativas e limitação do aprendizado. Neste caso temos a síndrome de Down (alteração genética) que muitas vezes é interpretada como deficiência física, que são visíveis (MAIOR, 2015, p 5).

Deficiência múltipla: que se refere às pessoas com duas ou mais deficiências, em alguma situação tem pessoas com o diagnóstico de paralisia cerebral que em alguns casos afeta a movimentação, a audição, os membros inferiores, existem pessoas que precisam de ajuda permanentemente (MAIOR, 2015, p.5).

De acordo como o Relatório anual de Liga dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau (2007), as crianças deficientes são tratadas de uma certa discriminação, e que em algumas etnias a deficiência é vista como algo ruim ou uma coisa sobrenatural como irã, alegando que a criança é fruto de um adultério ou quebra de pacto feito aos ancestrais, tudo isso nos leva a enxergar o desconhecimento ou não aceitação da deficiência. E na maioria dos casos essas crianças são abandonadas. Os argumentos da Liga Guineense de Direitos Humanos não se tratam de uma definição de perspectiva da instituição na definição da deficiência, mas traz as compreensões de diferentes grupos étnicos desses fenômenos e razões que justifiquem um certo tratamento de sujeitos deficientes.

É importante informar nosso leitor que, nas diversas manifestações e categorizações de deficiência, nos interessam quatro tipos de deficiência, que são, visual, física, auditiva, mudo. Este é o nosso ponto de partida para discutir a exigência social de uma educação inclusiva. A razão da nossa escolha parte de tipos que as instituições de assistência têm nos dados. Mas é importante informar que a problemática de inclusão social não se resume nos tipos que priorizamos.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na percepção de Assis, Oliveira e Lourenço (2020) aponta que é importante mostrar que existe uma diferença entre a educação especial e educação inclusiva, tendo a educação especial voltada às pessoas com deficiências físicas, transtorno e altas habilidades, de certo modo que falando da educação especial acaba sendo encaminhado para a educação inclusiva. Tomando como exemplo o caso brasileiro em que inclui nas instituições de ensino a proposta de educação especial nas escolas regulares para atender todas as demandas educacionais especiais e específicas para o seu público. Com o relatório realizado pela Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) (2007), eles apontam a falta de responsabilidade do Estado no aspecto da educação para crianças deficientes, e que existem algumas escolas que são mantidas com a ajuda de organismos internacionais e ONGs. Mesmo que ainda em Constituição da República que existe uma única referência ligado aos deficientes no Art.5º, que mostra a responsabilidade que o Estado tem com as pessoas deficientes.

O relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) do ano 2010-2012, aponta que nos estudos feitos sobre as pessoas com deficiência é que 57,4% da população não frequenta a escola. Considerando a porcentagem entre homens e mulheres, existe o maior número de mulheres que não frequentam a escola no meio urbano e no meio rural a situação é mais grave ainda, nos que frequentam a escola os homens têm maior porcentagem em relação às mulheres.

Como elenca o relatório de LGDH de 2010-2012, que o Estado não está cumprindo com o dever de uma educação inclusiva, mas sim que é o seu dever como podemos ver no artigo 34 da Lei de Bases do Sistema Educativo que tem quatro pontos que defende a educação inclusiva, mas que não são cumpridas ou colocados em práticas devido à falta da responsabilidade do nosso país.

No olhar de Correia (2017), ele alega que só duas escolas situadas em Bissau que recebem crianças com deficiência, Bengala Branca e a Associação Guineense de Reabilitação e Integração dos Cegos (AGRICE). Essas duas escolas estão dando muita contribuição nessa área de educação inclusiva na Guiné-Bissau. Há também acordos com duas universidades do país sobre a isenção de mensalidade escolar, e em umas dessas universidades (situada na capital do país) que é Universidade de Jean Piaget na Guiné-Bissau e a Universidade Lusófona na

Guiné-Bissau em que os alunos deficientes ganham bolsa e não pagam a mensalidade. Na universidade Lusófona alunos e alunas deficientes beneficiam-se de um desconto de 25%.

CRIANÇAS IRÃS

De acordo com os estudos feitos por Imbunde (2018), salienta que as crianças irãs são aquelas crianças que nascem com deficiência. A família dessas crianças os caracteriza como algo de feitiço por terem nascidos deficientes e elas são sacrificadas ou mortas pelas famílias em forma de ritual.

Ela ainda alega que essas práticas ainda estão presentes na nossa sociedade, mesmo tendo leis que condenam as pessoas que praticam esses atos. Mas mesmo assim, ainda é praticado mais pelas etnias Balantas, Manjaco e Mancanhis, e elas pagam para a pessoa que vai realizar esse ritual um bom montante de dinheiro (IMBUNDE,2018, p.17).

Costa (2018), aponta, nos seus estudos feitos, que para alguns autores é um mito cultural que foi aprovado pela sociedade que denomina a criança deficiente albina como criança irã. São chamados assim porque a sociedade os olha como algo anormal ou sobrenatural. E, por um outro lado, ela aponta que a lei discrimina essa prática.

Aponta que esse ritual feito por esses grupos de pessoas, na percepção deles, não estão sacrificando crianças. Mas sim devolvendo o seu espírito que já não pertence mais ao mundo dos vivos. As etnias que concretizam essas práticas, realizam um outro ritual que é para saber se a criança é irã ou não, numa consulta feita pelo espírito do ancião da família.

ESCOLAS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS DEFICIENTES

Para Guedes (2017), a Associação Nacional dos Deficientes na Guiné-Bissau, foi fundada em 1990, com o objetivo de apoiar deficientes. A Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), em 1994 teve a sua primeira iniciativa de conhecer a situação dos deficientes nos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), e infelizmente não existia em Guiné-Bissau uma estrutura associativa de cegos autônoma.

A Associação Guineense de Reabilitação e Integração de Cegos (AGRICE) é uma organização sem fins lucrativos, que, desde 1996, promove a inclusão social das pessoas com deficiência visual, em todas as esferas da sociedade guineense. Com o único objetivo de defender e representar todas as pessoas com deficiência visual a nível nacional, promover a reabilitação, o acesso à educação, à formação profissional e ao emprego e sensibilizar e conscientizar a sociedade guineense. As dificuldades financeiras, a guerra civil que se seguiu nos meses seguintes, a inexistência de pessoas cegas com qualificação mínima capaz de assumirem a liderança do projeto associativo, tem mantido a Associação de Cegos e Amblíopes da Guiné Bissau como uma realidade abstrata, um nome que a Associação Nacional de Deficientes evoca a nível internacional quando se exige que a representação seja feita por uma estrutura associativa de cegos. Excetuando a intervenção de programas internacionais na área da saúde em geral e da oftalmologia em particular, não existe no país qualquer resposta específica para os deficientes visuais, seja ao nível da reabilitação básica, da educação ou do emprego. É bem significativo, que em 1997, um único deficiente visual guineense fosse indicado com conhecimentos (rudimentares) da escrita Braille, conhecimento este que lhe fora proporcionado numa curta passagem pelo Brasil (GUEDES, 2017, p.89).

A Associação Guineense de Reabilitação e Integração de Cegos (AGRICE) foi fundada em 3 de março de 1996, desde então a sua atuação não ficou restrita a deficientes visuais, e sim a todos os deficientes em geral, lutando para a inclusão social, contra a violência doméstica, fortalecendo a prática de ensino e formação para pessoas deficientes (NA NO MON, AGRICE, 09 de março 2021). A AGRICE é presidida por Manuel Rodrigues que também é fundador da Escola Bengala Branca.

Manuel Rodrigues perdeu a visão com três anos de idade, tentou fazer tratamento em Portugal, mas não deu certo regressou à Guiné-Bissau com o passar do tempo foi para Guiné-Conakry novamente o tratamento também não conseguiu, resolveu voltar e começou um negócio de comércio de cibes em Buba, Região de Quinara, com o dinheiro do comércio conseguiu construir uma casa em Bairro de

Cuntum Madina na cidade de Bissau. Decidiu acolher as crianças com deficiências que eram abandonadas pelas famílias e transformou a sua casa em um lar de crianças deficientes, junto com a sua organização AGRICE acolhem crianças cegas e lhes dá uma vida digna, recebendo as assistências educativas, médicas, segurança, amor, lar, comida (CASA DOS DIREITOS,28 de maio,2020).

O fundador da escola Bengala Branca conta os motivos para criar uma escola inclusiva, mas também mostra que o governo precisa de políticas de inclusão, citando Moçambique como uma referência que o governo da Guiné-Bissau possa espelhar:

A escola foi criada na sequência da discriminação que é verificada no seio de crianças deficientes. Nunca se verificou na Guiné-Bissau os deficientes a irem à escola, existe uma grande discriminação no seio de pessoas deficientes e um sofrimento demasiado. Isso tornou-se revoltoso porque eu nasci deficiente, com três anos de idade tornei-me invisual e isso foi uma das causas que levou-me a criar a Escola Bengala Branca para lutar pela escolaridade de deficientes, não só cegos mas de toda categoria" disse Manuel Lopes Rodrigues, presidente da Associação Guineense de Reabilitação e integração de cegos (AGRICE). Sobre a falta de uma política nacional virada para a questão dos deficientes, Manuel disse que "é extremamente grave e somos tratados como amigos e o governo deveria assumir a sua responsabilidade para que haja uma sociedade mais inclusiva". " Moçambique tem uma política do governo para pessoas deficientes, gostaríamos que houvesse na Guiné uma política semelhante. Houve tentativas de diferentes governos mas não vimos algo sério e isso só poderá acontecer quando for respeitada a carta das Nações Unidas sobre direitos de pessoas com deficiência e pôr na prática a sua ratificação " acrescentou. Mas Manuel acredita que ainda vai demorar para que a ratificação aconteça, mas acredita que o atual governo vai mudar as coisas. Aida Fernandes, presidente da comissão nacional dos direitos humanos, disse que a convenção das pessoas portadoras de deficiência já foi aprovada pela ANP e só falta a promulgação de José Mário Vaz (UNIOGUIS,31 de dez,2020).

Manuel Rodrigues junto com a AGRICE procuram crianças com deficiências nos bairros não somente os que foram abandonados pela família, mas sim também os que sofrem maus tratos, ensinando-lhes os seus direitos e como prevenir de doenças que afetam a visão. Proporcionam educação, ensinando-lhes a ser independentes praticando os trabalhos domésticos, escolares, e assistência médica (CASA DOS DIREITOS, 28 de maio, 2020).

De acordo com as pesquisas realizadas sobre as escolas que acolhem e apoiam as crianças deficientes na Guiné-Bissau, a Associação Guineense de Reabilitação e Integração de Cegos, denominada AGRICE, junto com escola de educação inclusiva Bengala Branca criada pelo Manuel Rodrigues, que começou com 40 alunos e hoje está com mais de 500 alunos. Essa organização não-governamental também possui três lares, um no sector autónomo de Bissau, em Gabu que fica na região leste do país e em Bissaque. Para sua funcionalidade depende muito de ajudas externas para continuar a cuidar de crianças deficientes (NA NO MON, 12 de julho, 2021).

Com base nos dados da organização Fé e Cooperação FEC (2021), esta organização possui iniciativas que incluem o público de pessoas com deficiência. Como pude perceber no projeto Institucionalização a Inclusão (IN), também é uma das organizações que apoia as pessoas deficientes, que de certa forma um grupo que faz parte do projeto IN, realizou visita a AIDA uma das instituições que promove a inclusão de crianças deficientes, e nesse grupo estava presente a diretora do Jardim Escola Inclusivo Bambaran, que conta que ficou muito contente por vivenciar novas experiências e que levaria isso para a sua escola (FEC, 13 de julho 2021).

Em maio de 2015 a Guiné-Bissau recebeu muitos elogios na última revisão periódica sobre direitos humanos, também recebendo inúmeras recomendações, principalmente criar condições para repreender os que violam a lei. Nesse âmbito, a Guiné-Bissau foi recomendada a ratificar os tratados de direitos humanos para pessoas com deficiência, e medidas que previne os rituais que sacrificam crianças deficientes, as pessoas suspeitas nesse caso que sejam investigadas e processadas (UNIOGIBS,31 de dez,2020).

A UNIOGIBS (2020) relata como as instituições funcionam neste caso de crianças deficientes. Entre as ONG's e instituições nacionais que lutam pelos direitos das crianças deficientes na Guiné-Bissau, destaca-se a Associação Guineense de

Reabilitação e Integração de Cegos, que estabeleceu a Escola Bengala Branca para crianças invisuais:

O Ministério da Educação, em parceria com a UNICEF e com a Handicap internacional, planeja realizar em 2015 atividades de educação inclusiva, quer a nível central quer regional. Entre estas destaca-se o projecto 11 Escolas Amigas da Criança, que abrange um total de aproximadamente 2340 crianças da região de Oio e tem como objectivo geral contribuir para a plena participação dessas crianças na sociedade Guineense, melhorando o seu acesso à educação inclusiva de qualidade e mecanismos adequados de protecção e detecção precoce da deficiência. Segundo o Ministério da Mulher, Família e Coesão Social existem aproximadamente 13.000 mil pessoas portadoras de deficiência na Guiné-Bissau. O último censo foi realizado em 1987. A Revisão Periódica Universal é uma avaliação da situação dos direitos humanos, pelo Conselho dos Direitos Humanos, a que todos os 193 estados-membros da ONU são sujeitos, a cada quatro anos (UNIOGIBS 31 de dez,2020).

Em 2020 morreu o fundador da primeira escola para crianças deficientes Bengala Branca, Manuel Rodrigues o único guineense que conquistou prêmio Nobel a premiação foi realizada na Suécia em 2017, a sua indicação para o prêmio foi feita pela Associação dos Amigos da Criança (AMIC) que estiveram a acompanhar o seu trabalho desde o início até o coroamento com a premiação na Suécia (CASA DOS DIREITOS, 28 de maio,2020).

A União Europeia (UE) é uma das instituições que apoiam a causa da educação inclusiva na Guiné-Bissau. O projeto contém a organização de professores, encarregados de educação, parceria com centros de saúde, escolas e extra escolar das crianças deficientes. Na notícia eles alegam que ainda continuam ajudando principalmente as crianças mais pobres facilitando a sua educação escolar (GUINÉ MINDJOR 21 de julho,2015).

A AGRICE, sabendo que é uma organização que é sustentada pelas organizações não governamentais resolveu criar uma fonte de renda:

O projeto "CRIA DE GALINHA" da AGRICE terá como foco a garantia de sustento nos lares da organização, uma vez que a

AGRICE não dispõe de meios suficientes e depende quase que exclusivamente da ajuda de terceiros e com este projeto, pode-se criar de alguma forma a auto suficiência dos lares. Os trabalhos a serem desenvolvidos no projeto irão garantir ou permitir que os lares da AGRICE tenham minimamente uma fonte de renda e que nos momentos difíceis tenham meios para garantir o sustento e melhora da dieta alimentar dos mais de 80 crianças, adolescentes e jovens que vivem sob cuidado da AGRICE. (NA NO MON, 12 de julho, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o grau de cuidado por meio de políticas de assistência educacional de crianças com deficiências parte do reflexo de condições estruturais, demarcadas pelas crises que refletem fraca capacidade institucional do Estado na concepção das políticas de assistência social que leva em consideração o respeito pelos Direitos Humanos. As políticas de assistência de crianças especiais na Guiné-Bissau, ainda, constituem na lista de temas e direitos que ficam a desejar, de modo que o seu cumprimento se encontra na margem de debate sobre inclusão social.

Assim também como deparamos com falta de materiais que falam sobre as escolas e as organizações não governamentais que apoiam as escolas de educação inclusiva na Guiné-Bissau. Além de ter encontrado algumas notícias sobre as escolas e como elas se mantêm, ainda existem muitas lacunas para serem preenchidas. O trabalho em seu todo nos leva a uma grande reflexão sobre transtornos encontrados em cada área que foi abordada, principalmente na área da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

AGRICE, Disponível em: <https://nanomon.org/redes/agrice>. Acesso em: 19. ago. 2021

AGRICE, Disponível em: <https://nanomon.org/redes/agrice>. Acesso em:19. ago. 2021

ASSIS, Raquel Martins de. Oliveira, Cristina Rodrigues de. Lourenço, Erika. A criança anormal e as propostas de educação escolar na imprensa mineira (1930-1940) Disponível em: scielo.br/j/rbedu/a/C9LXZdfnD6kqF3RsN7s8RWp/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 08.ago. 2021

ASSOCIAÇÃO Guineense de Reabilitação e Integração dos Cegos (AGRICE) Apoiado por: PNUD. Disponível em: <https://nanomon.org/solucoes/cria-de-galinha>. Acesso em: 19. ago. 2021

CÁ, Lourenço Ocuni. Estado: Políticas públicas e gestão educacional-Cuiabá: Ed UFMT, 2010. 180p

CARVALHO, Ricardo Ossago. POLÍTICA EXTERNA E ESTADO FRÁGIL NA GUINÉ-BISSAU: CRISES MULTIDIMENSIONAIS E O PAPEL DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS “CPLP & CEDEAO” (1973-2014) Disponível em: <https://docplayer.com.br/33715780-Programa-de-pos-graduacao-em-ciencia-politica-ricardo-ossago-de-carvalho.html> Acesso em: 18. ago. 2021

CAMARGO, F.P. PAES de Carvalho, Cynthia. O Direito à Educação de Alunos com Deficiência: a gestão da política de Educação Inclusiva em escolas municipais segundo os agentes implementadores, REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. V.25, p.617-634. 2019.

CASA dos Direitos. Homenagem a Manuel Rodrigues. Disponível em: <http://casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com/2020/05/homenagem-manuel-rodrigues.html> Acesso em: 20. jul. 2021

CORREIA, Danildo Camala, Correia EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM GUINÉ-BISSAU - 2009 A 2016: TRAJETÓRIAS ESCOLARES E AUSÊNCIA DO ESTADO SÃO FRANCISCO DO CONDE 2017 Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/798/1/2017_proj_dcorreia.pdf Acesso em: 08.ago. 2021

COSTA, Eunice Aníba. CRIANÇAS IRÃS NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO SOBRE INFANTICÍDIO SÃO FRANCISCO DO CONDE 2018 Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1346/1/2018_proj_ecosta.pdf. Acesso em: 08. ago. 2021

FEC,Visita a Instituições que trabalham na área de inclusão em Bissau, Disponível em:<https://www.fecong.org/2021/07/13/visita-a-instituicoes-que-trabalham-na-area-da-inclusao-em-bissau/> Acesso em:19. ago. 2021

FURTADO,Alexandre Brito Ribeiro. Administração e Gestão da Educação na Guiné Bissau: Incoerências e Descontinuidades.Universidade de Aveiro Departamento de Ciências da Educação 2005 dissertação. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1098/1/2005001736.pdf>. Acesso em: 07.ago. 2021

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002

GUEDES,Denyse Moreira.DIREITO À EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UM ESTUDO JUSCOMPARATIVO ENTRE OS PAÍSES LUSÓFONOS, Universidade Fernando Pessoa Porto 2017, Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/9527/1/PD_Denyse%20Guedes.pdf. Acesso em: 19.ago. 2021

GUINÉ-BISSAU: UE co-financia projeto de inclusão de crianças com deficiência na educação, Disponível em: <https://guinemindjor.wordpress.com/2015/07/21/bissau-hoje-ue-cofinancia-projeto-para-incluir-criancas-da-guine-bissau-com-deficiencia-na-educacao/> Acesso em:16. ago. 2021

HAAS, Francisco.Política Social como Política Pública (2011) Disponível em: <https://uniogbis.unmissions.org/pt/perfil-do-pa%C3%ADs>. Acesso em: 16.ago. 2021

HOFLING. Eloisa de Mattos.Estado e Políticas (Publicas) sociais, caderno Cedes, ano XXI,n 55, novembro/2001 Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 16.ago. 2021

IMBUNDE, Sábado Fernando. DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE FAMILIAR: UM CASO DE GUINÉ-BISSAU SÃO FRANCISCO DO CONDE 2018 Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/869/1/2018_proj_simbund_e.pdf. Acesso em: 08.ago. 2021

MAIOR, Izabel. História, Conceito e tipos de deficiência. Portal do Governo do Estado de São Paulo, 2015. Disponível em:

http://www.deficienciavisual.pt/txt-Historia_conceito_tipos_def.htm

Acesso em: 13.ago. 2021

MINAYO, Marias Cecília de Souza, Deslandes, Suely Ferreira, Neto. Otávio Cruz, Gomes, Romeu Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 05.ago. 2021

N'DAMI, Braima. A pesquisa Sobre as Legislações e Políticas Públicas Existente a Favor das Mulheres e Homens com Deficiência na Guiné-Bissau. [s. l.] [2015?]

UNIOGBIS. O Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) concluiu o mandato do Conselho de Segurança em 31 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://uniogbis.unmissions.org/pt/perfil-do-pa%C3%ADs>. Acesso em: 17. ago. 2021

OLIVEIRA, Adão Francisco de. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Texto publicado no livro “Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas”, organizado por Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França, Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 07. ago. 2021

REDAÇÃO Guiné Mindjor, Disponível em:
<https://guinemindjor.wordpress.com/author/jjcons2014/> Acesso em: 21. jul.2021

RELATÓRIO sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau Lema: quando a ordem é injusta, a desordem é já, um princípio da justiça, 2007. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_lusofonos/r_guine_bissau_2007_situacao_dh_gb.pdf. Acesso em: 14. ago. 2021

RELATÓRIO sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010/2012 Liga Guineense dos Direitos Humanos, 2012 Disponível em:
<https://www.fecong.org/pdf/crianca/Relatorio%20Liga%20Guineense%20dos%20Direitos%20Humanos%202012.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021

RODEBECK, Lars.Colapso e reconstrução política na guiné-bissau 1998-2000 Disponível em:
<https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:275699/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 17. ago. 2021

SANTOS, Wederson Rufino dos. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. Physis: revista de saúde coletiva, v. 18, p. 501-519, 2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/physis/a/SDWpCmFGWGn69qtRhdqqGSy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17. ago. 2021.

TEIXEIRA, Luzimar. Deficiência física: Definição, classificação, causas e características 2010. Disponível em:
<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/05/definicao-e-classificacao-da-deficiencia-fisica.pdf>. Acesso em: 13.ago. 2021